

Um esforço para pagar o principal da dívida externa

GAZETA MERCANTIL

ma

20 MAR 1987

José Alencar Gomes da Silva (*)

A propósito do quadro de incertezas que caracteriza nossa atual situação econômica, ouvi ontem uma historietinha que se adequa: Um português aceitou o desafio de montar um cavalo puro-sangue, e o animal disparou a galope, absolutamente sem direção. Em determinado momento, quando passava por um grupo de conhecidos, alguém gritou: "Para onde vai, seu José?" "Não se sabe", respondeu o português.



Boa pergunta. Para onde estaremos indo? Quais seriam as alternativas? Todos estamos de acordo que o ideal seria: a consolidação do regime democrático, no qual há liberdade de iniciativas, respeito aos direitos dos cidadãos, incluindo o próprio direito de greve; uma melhor distribuição da renda, com serviços de saúde pública, educação, alimentação, habitação, transporte, lazer, segurança, etc; e a estabilidade monetária, com pleno emprego, crescimento, equilíbrio orçamentário, moeda conversível e assim por diante.

Tudo bem. Todavia, o que fazer agora na consecução desses objetivos? Aí é que está. Qual o caminho a seguir?

Penso que não há razão para desesperanças. O Brasil é um país muito rico. Sua capacidade de suportar experiências econômicas, que nos têm transformado em cobaias, chega a ser inacreditável. Já acumulamos, ao longo dos últimos tempos, ensinamentos suficientes para não insistirmos na adoção de medidas artificiais, demagógicas e inconsequentes. Para a consolidação do regime, que espero seja o democrático, há uma Assembleia Nacional Constituinte representativa da vontade nacional. A ela, e somente a ela, cabe a decisão. Com relação, porém, à administração da política econômica e social, urge providências corajosas e responsáveis. Para isso há um governo constituído, e é na tempestade que se conhece o timoneiro. É preciso que tenhamos a coragem de afastar a peneira deixando que o Sol nos ilumine e sua luz nos devolva a bússola, o norte, a razão, o juízo. Quando imputamos a outrem a culpa pelos nossos erros não os estamos corrigindo, mas, simplesmente, incorrendo em outro erro ainda mais grave.

E que, por princípio, responsabilidade não se transfere.

O País é um continente e a tarefa gigantesca. Há que se fazer muita coisa e é preciso começar imediatamente. Não se resolvem todos os problemas a um só tempo. Escala de prioridades deverá ser adotada, e tudo começa pela arrumação da casa, que exige ordem, respeito. Leis possuímos fartamente, e fora da lei não há salvação, como repetia Tancredo Neves.

Evitar o recrudescimento inflacionário, a recessão, o desemprego, a fome e a miséria parece-me prioridade indiscutível. Mas este é o problema. E a solução é muito difícil! É de fato muito difícil. E preciso coragem e determinação. Coragem até para enxergar as causas. Coragem de assumir posições, ainda que o custo seja a impopularidade transitória.

Não me atrevo a recomendar medidas específicas, no campo da ciência econômica, porque não sou economista. Posso, todavia, afirmar que jamais nos libertaremos da inflação se não nos libertarmos do jugo que nos impõe a dívida externa. Há os que defendem sua eterna rolagem. Há ou-

tros que recomendam a moratória amigável ou unilateral. Poucos são os que se preocupam com o seu custo. Aí reside, a meu ver, o verdadeiro e aterrador problema. Sabemos que grande parte da nossa dívida externa se submete a taxas flutuantes de juros atrelados à "prime" ou "Libor". Isso significa dizer que fomos ao banco e assinamos um compromisso cuja taxa de juro fica ao talante do credor. Se não é bem assim, é quase assim. Tanto que a "prime" já nos levou a pagar 21% ao ano de juros, quando o governo norte-americano, através de seu banco central, o "Fed", ou Federal Reserve Board, adotou política monetária arrochada como medida de combate à sua então elevada taxa inflacionária. Isso, além dos "spreads" altíssimos que sempre aceitamos em nossas contratações.

Ainda que hoje essas taxas estejam ao redor de 7 ou 7,5% ao ano, não nos é lícito acreditar na sua estabilidade. Elas poderão voltar a níveis mais elevados, sendo importante lembrar que cada ponto percentual de elevação dessas taxas representa para os cofres brasileiros a "bagatela" de US\$ 1 bilhão ao ano de ele-

vação de nossos custos. Além disso, há os "spreads" e, em alguns casos, comissões adicionais.

Continuar rolando essa dívida dia após dia, ano após ano e permitindo sua constante elevação é praticar exercício suicida, irresponsável e não tardará o momento em que seremos tachados como caloteiros internacionais, desacreditados, desmoralizados e humilhados no mundo inteiro.

Chegou a hora da verdade. E agora ou nunca. Jesus Cristo sentenciou: "Os humildes serão exaltados e os exaltados serão humilhados". Temos de chegar com humildade, conscientes de nossa responsabilidade e colocar nossa única e inarredável condição para o pagamento de nossa dívida: as taxas serão fixadas em 5% ao ano e amortizaremos, no primeiro ano, US\$ 1,5 bilhão do principal. Nada de "spreads" ou comissões. O valor das amortizações anuais cresce à medida que decresce a dívida, chegando-se a amortizar mais de US\$ 6 bilhões no último ano.

Já fiz os cálculos que poderão ser checados: partindo-se da premissa de que o montante da dívida seja US\$ 110 bilhões, levaríamos 30 anos para trazê-la a zero. Durante es-

ses 30 anos estaremos pagando, sem desconto, US\$ 7 bilhões anualmente.

Alguém poderia dizer: "Clássico argumento de que dívida não se paga, rola-se. E que fatalmente iremos precisar de novos empréstimos para fazer face às nossas necessidades de crescimento."

Afirmo que tais argumentos são levianos. Primeiro porque os novos empréstimos, quando são obtidos, servem-nos não raro para complementar as remessas de divisas que se têm situado muito acima dos propostos US\$ 7 bilhões anuais. Segundo porque o nosso crescimento, dependente de importações de bens de capital e outros, passaria a ser financiado com os recursos oriundos de nossas exportações que, como já vimos, podem perfeitamente nos oferecer cerca de US\$ 25 bilhões por ano, sobrando-nos, portanto, para as importações, cerca de US\$ 18 bilhões anualmente. E finalmente porque o argumento de que as dívidas não devem ser pagas e sim roladas é próprio de quem nasceu para ser colono, tutelado, subserviente, amouco.

Como poderão perceber, passaríamos a efetuar nossas importações com pagamento "cash", evidentemente a preços mais bai-

xos, o que certamente elevaria nosso poder de compra e nossa capacidade de importar. Ainda sobre o problema cambial, muita coisa poder-se-ia acrescentar. Só que não há espaço em um ligeiro artigo como este.

Para a solução dos problemas internos também não podemos ser menos realistas. O equilíbrio orçamentário da União, estados e municípios há de ser alcançado e mantido a mão de ferro.

Não há prosperidade em casa onde se gasta a descoberto. No discurso deixado pelo presidente Tancredo Neves e lido pelo presidente José Sarney estava escrito: "É proibido gastar". Ele sabia e Sarney também o sabe: a austeridade no trato da coisa pública deve presidir o comportamento dos governantes. E esses têm a obrigação de zelar pelas contas do Estado, cujo patrimônio não lhes pertence. Tais contas são cobertas como recursos do povo. Desse mesmo povo que exige vida mais digna, compatível com um País como o Brasil, de potencialidade invejável.

(*) Empresário do setor têxtil e presidente do Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).